

Apresentação

É com grande satisfação que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Amazonas oferece à comunidade jurídica o 13º volume de sua Revista, desta feita, com artigos de considerável envergadura dogmática, no desiderato de se aprimorarem as bases do conhecimento científico.

O presente exemplar principia com a abordagem da atuação do Ministério Público como fiscal da lei no Processo Civil brasileiro: (re) interpretação em face da Constituição Federal de 1988, da lavra de Daniel Brito Freire Araújo, oportunidade em que são discutidos os reflexos do perfil institucional do *Parquet* diante da promulgação da Carta de Outubro, analisando-se a diferença de atuação entre os chamados órgão agente e órgão interveniente.

Seguidamente, pontua-se com a não recepção da agravante da reincidência pela Constituição de 1988 – um novo e revolucionário Direito Penal, da autoria de Nasser Abrahim Nasser Netto, em cujo âmbito há propostas de reflexão acerca do expurgo da recidiva, pois que contraria ela o arcabouço principiológico mais eminente que se pode extrair da Magna Carta promulgada aos 05 de outubro de 1988, a exemplo dos cânones da dignidade da pessoa humana, presunção do estado de inocência, isonomia, legalidade, proporcionalidade e razoabilidade.

O terceiro artigo cuida de problema preocupante, na exata medida em que Kátia Maria Araújo de Oliveira pretende teorizar sobre a cidade desorganizada x aumento da criminalidade – breve estudo relacional entre as teorias de aumento da criminalidade em face à desorganização urbana. O escrito procura concitar o leitor à sensibilidade para que se perceba o perigo do binômio: delinquência organizada/sociedade desorganizada.

O quarto artigo tangencia a questão da educação e efetividade: uma exigência constitucional, escrito devido a Ivana Mussi Gabriel, em que a educação é considerada na perspectiva de sua inserção no rol dos direitos fundamentais da pessoa, encontrando definição na norma do artigo 205 do Código Político de 1988.

O Ministério Público Resolutivo e um novo perfil na solução extrajudicial de conflitos: lineamentos sobre a nova dinâmica, eis a produção intelectual de João Gaspar Rodrigues. O Autor procura esquadrinhar os dois grandes paradigmas de atuação do *Parquet*, quais sejam: o demandista e o resolutivo, pondo em xeque o Ministério Público com destinação para a tutela dos interesses de uma sociedade pautada no regime democrático.

Nepotismo no serviço público brasileiro e a SV 13. Trata-se de mais um escrito que se deve à pena de João Gaspar Rodrigues. Desta feita, o Autor perscruta tema assaz recorrente na realidade administrativa do País. O nepotismo, autêntica patologia jurídica, vem encarado como indisfarçável foco de corrupção em nível nacional. O assunto, mediante jaez teórico, é apresentado sob a vertente da Súmula Vinculante de nº 13.

O artigo seguinte, normas de Direitos Fundamentais: regras, princípios e proporcionalidade, da lavra de Felipe Augusto Fonseca Vianna, reflete a natureza das normas definidoras de direitos fundamentais em face da proporcionalidade. O Autor trabalha referencial teórico estribado na questão do neoconstitucionalismo, procurando a utilização da proporcionalidade como método resolutivo de conflitos envolvendo direitos fundamentais.

Em seguimento, exsurge o Direito à saúde, atuação do Ministério Público e a visão do Superior Tribunal de Justiça, em cujo contexto Maurilio Casas Maia estuda o direito à saúde, relacionando-o intimamente com a atuação do Ministério Público, enfocando a visão da Corte Superior de Justiça do

País. Nesse sentido, analisam-se os aspectos envolvidos no tão decantado direito, enquanto faculdade de índole fundamental.

O regime da remissão aplicada cumulativamente com medida socioeducativa, eis mais um escrito devido a Nasser Abrahim Nasser Netto. Na oportunidade, o Autor, colacionando experiências hauridas na 30ª Promotoria de Justiça, tende a denunciar o erro consistente em se aplicar a medida de internação, com base no artigo 122, inciso III, do ECRIAD, em se tratando de adolescente que descumpre providência socioeducativa imposta juntamente com o benefício da remissão exclusiva ou suspensiva, postura essa que, de acordo com as pautas do ordenamento patrício, viola latentemente o princípio constitucional do adequado processo jurídico.

O período arcaico do Direito Processual Civil, artigo da autoria de Vitor Fonsêca, procura tratar da fase pré-romana, a qual não pode restringir-se ao fenômeno da chamada vingança privada. O Autor, em sua abordagem de excelência, conclui que o sobredito período histórico é prenhe de referências que se registram nos passos evolutivos do desenvolvimento da sistemática processual.

Seguidamente, o leitor irá deparar-se com o princípio do acesso à justiça e outros princípios constitucionais do Processo Civil, da autoria de Edna Lima de Souza. A Autora, em seu muito bem lançado escrito, intenta observar que do dever constitucionalmente imposto ao Estado de prestar assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos emerge verdadeira plêiade de princípios norteadores da Ciência do Direito Processual Civil, a exemplo dos dogmas da legalidade, contraditório, ampla defesa, igualdade, tempo razoável de duração do processo e celeridade.

Regularização fundiária à luz do Estatuto da Cidade em Manaus. O escrito, de Heloyse Dayse de Matos DAngelo, aborda a questão do Direito Urbanístico, disciplina em constante

mudança e que se desenvolve paralelamente com as cidades e sua correlata população.

Por fim, Silvia Mara Makaren Santos felicita o 13º volume, escrevendo sobre a reserva do financeiramente possível: instrumento de efetivação de direitos sociais ou barreira limitadora de direitos humanos fundamentais? O artigo tem por escopo discutir os efeitos da aplicação do princípio da reserva do possível em provimentos judiciais que envolvem direitos fundamentais.

Nesse elastério, o CEAF, baseado no incansável trabalho dos Membros do Conselho Editorial da Revista Jurídica do *Parquet* amazonense, apresenta à comunidade científica artigos inovadores, alguns dotados de laivos revolucionários, pois vertem temas pouco explorados no campo da Dogmática do Direito. E quanto aos temas já explorados, o presente exemplar traz artigos que os abordam sob o matiz de novos aspectos.

Deseja-se, destarte, que o 13º volume da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas venha em contribuição à profusão de ideias, prestando relevante serviço a prol do amadurecimento científico, concorrendo para que se aperfeiçoem os alicerces de um Direito mais reflexivo e, portanto, humano e adequado à tensa realidade de nossas Cidades, Estados e País.

Conselho Editorial